

COMO VAI A ECONOMIA E O TRABALHO NO RIO DE JANEIRO?

NOTA CONJUNTURAL • JANEIRO DE 2016 • N° 40



OS PEQUENOS NEGÓCIOS EM FOCO

PANORAMA GERAL

Embora tenha crescido em 2014, a economia do Rio de Janeiro se encontra em situação frágil em meio à crise política e econômica no país e às dificuldades enfrentadas pelo setor de óleo e gás, estas impulsionadas pela queda no preço internacional do barril e pela Operação Lava-Jato. Ao longo de 2015, sentimos os reflexos da forte deterioração do ambiente econômico que começamos a vivenciar em 2014 e, provavelmente, ainda experimentaremos no decorrer de 2016. Como veremos, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) sofreu uma retração em suas receitas tributárias e manteve um patamar de endividamento relativamente alto em 2015. As condições do mercado de trabalho, por sua vez, estão se agravando com rapidez, levando as pessoas a se envolverem em atividades empreendedoras como forma de contornar os efeitos da crise.

Nesta Nota Conjuntural, traçamos um panorama recente da economia do Rio de Janeiro. Quando possível, trabalhamos com a subdivisão territorial entre estado, Região Metropolitana (RM) e capital, além de fazermos comparações com o Brasil e o Sudeste (SE). Em prol da atualidade, usamos diferentes fontes de informação. Não obstante, acompanhamos também o comportamento dos indicadores em períodos anteriores para capturarmos tendências.

A seção sobre atividade econômica tem como base informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj). Para subsidiar a análise fiscal, buscamos dados no Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do Ministério da Fazenda. Na parte de renda, pobreza e desigualdade, aproveitamos as informações socioeconômicas da edição de 2014 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Por fim, na seção de mercado de trabalho e empreendedorismo, apresentamos os dados trimestrais da PNAD Contínua.

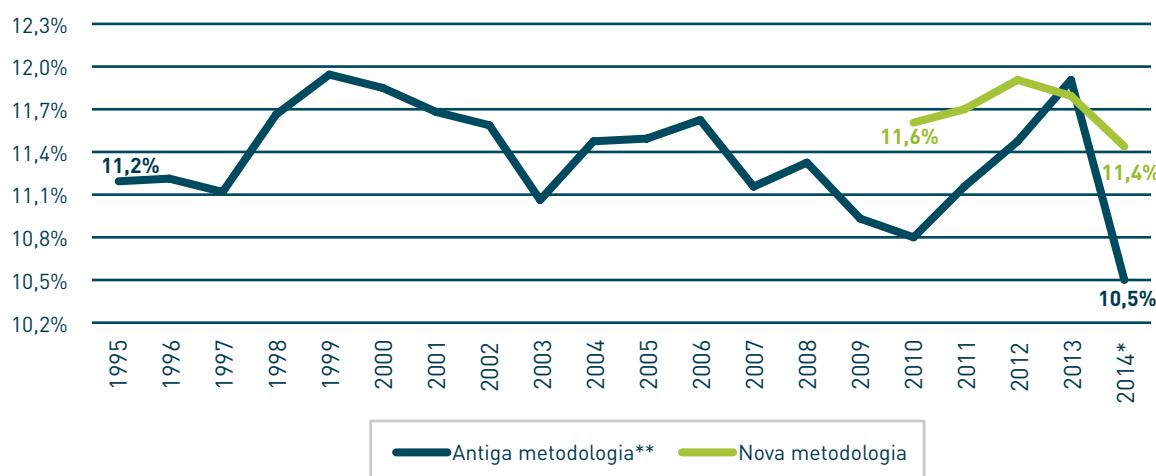
ATIVIDADE ECONÔMICA

Antes de expor as informações referentes ao nível de atividade no Estado do Rio de Janeiro, cabe observar que o IBGE aprimorou a metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) recentemente. Entretanto, a nova série do PIB vai apenas até 2010, não havendo dados com-

patíveis para anos anteriores. Por conta disso, optamos por apresentar também a antiga série do PIB de 1995 a 2012 acrescida de estimativas da Ceperj para 2013 e 2014.

O Produto Interno Bruto (PIB) no Estado do Rio de Janeiro chegou a aproximadamente R\$ 626,3 bilhões em 2014 (conforme estimativas da Ceperj a partir da nova metodologia do IBGE), um crescimento real de 0,9% em relação ao ano anterior. O estado tem o segundo maior nível de atividade econômica do país, mas perdeu participação no produto nacional entre 2013 e 2014. Na antiga série, a queda foi de mais de 1 ponto percentual, fazendo com que o peso do ERJ no PIB brasileiro chegassem a seu menor patamar em 20 anos. Na nova série, a redução da proporção do PIB nacional que é gerada no estado vem desde o ano anterior, mas foi menos intensa, como mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 | PARTICIPAÇÃO DO ERJ NO PIB NACIONAL FONTE: IETS com base nos dados do IBGE. NOTA: *Estimativa para o PIB estadual da Ceperj. **Nesta série, a estimativa para o PIB estadual de 2013 também é da Ceperj.



Ainda de acordo com a Ceperj, seguindo a antiga metodologia¹, os serviços foram os responsáveis pelo aumento do PIB no ERJ em 2014, com crescimento de 1,6% em relação a 2013. Já agropecuária e indústria registraram quedas de 0,2% e 0,6%, respectivamente. Em que pese a queda do preço internacional do petróleo no final de 2014, a indústria extrativa mineral registrou expansão de 1,7% – influenciada pelo incremento na produção de petróleo e gás –, evitando uma retração ainda maior no setor industrial. Contudo, a importância do segmento de óleo e gás no estado levanta preocupações no contexto atual. Como veremos a seguir, parte da delicada situação fiscal em que o ERJ se encontra está associada à redução no preço do barril e à desaceleração da atividade ao longo da cadeia produtiva da indústria extrativa.

1. Não foram divulgadas informações setoriais para 2014 segundo a nova metodologia de cálculo do PIB.

QUADRO FISCAL

O agravamento da situação fiscal no país – governo federal e estados – tem sido um dos aspectos da economia mais discutidos neste início de ano. Conforme o Gráfico 2, em 2015, o Estado do Rio de Janeiro deve ter uma queda de aproximadamente 12% em sua receita tributária (principal componente da receita total) acrescida da arrecadação de royalties e participações especiais, rubrica com importância crescente desde a virada do século.

GRÁFICO 2 | RECEITA TRIBUTÁRIA, ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS NO ERJ

FONTE: IETS com base em dados do Portal da Transparência do ERJ. Valores em R\$ de dezembro de 2015, segundo o IPCA. NOTA: *Estimativa para a arrecadação de dezembro calculada a partir da participação média do mês no total arrecadado no ano entre 2004 e 2014.



A desaceleração do setor de óleo e gás tem impactado não somente a receita de royalties e participações especiais – que caiu 44% entre 2015 e 2014, segundo as nossas estimativas –, como também a arrecadação de tributos ao longo da cadeia produtiva. De acordo com dados da Confaz, a receita com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo a petróleo, combustíveis e lubrificantes no primeiro trimestre de 2015 caiu 43%, em termos reais, com relação ao mesmo período em 2014. Assim, o ICMS do petróleo, que representava quase 11% da receita tributária do estado de janeiro a março de 2014, foi responsável por menos de 7% da arrecadação de impostos e taxas nos três primeiros meses de 2015.

A retração nas receitas mencionadas contribuiu para que o estado chegassem muito perto do limite de endividamento recomendado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) não deve ultrapassar 200% da Receita Corrente Líquida (RCL)². No último quadrimestre de 2015, a relação DCL/RCL chegou a 198% no ERJ³.

2. A DCL corresponde aos saldos das dívidas, deduzidas as disponibilidades financeiras. A RCL considera tudo o que o estado arrecada, deduzidas as transferências para os municípios. Os dois indicadores excluem as receitas e os gastos com a previdência dos servidores públicos.

3. Informação coletada no site do Portal da Transparência do ERJ, em 15 de fevereiro de 2016.

O Gráfico 3 mostra a trajetória da RCL e da DCL, evidenciando que o aumento no endividamento foi o maior responsável pela deterioração do indicador DCL/RCL, embora a frustração de receitas – que se mantiveram estagnadas em termos reais – também tenha contribuído para o quadro, como mencionamos anteriormente.

GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

FONTE: IETS com base em dados do Portal da Transparência do ERJ. Valores em R\$ de 2015, segundo o IPCA.



RENDAS, POBREZA E DESIGUALDADE

Nesta seção, usamos os dados da PNAD anual para analisar a evolução das condições socioeconômicas no Rio de Janeiro. Segundo a Tabela 1, a renda domiciliar *per capita* no estado e em sua Região Metropolitana foi de R\$ 1.282 e R\$ 1.382, respectivamente, em 2014. Ambas estão acima da renda registrada no Nordeste, no Brasil e mesmo no Sudeste. Ou seja, o Rio de Janeiro se manteve com um nível de renda relativamente alto em relação ao restante do país.

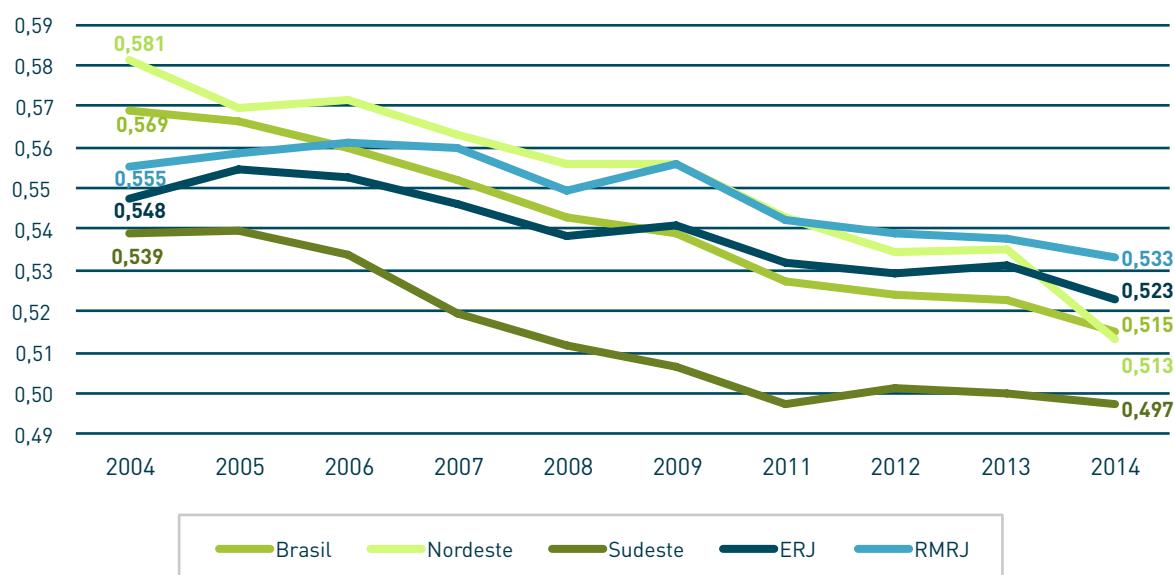
Enquanto a renda cresceu entre 3,5% e 5,6% ao ano de 2004 a 2014, a variação observada entre 2013 e 2014 ficou entre 4,2%, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), e 10%, no ERJ e no Sudeste. Desse modo, em 2014, boa parte do incremento nos rendimentos domiciliares do ERJ ocorreu no interior. É interessante notar que o crescimento da renda no Brasil e no Nordeste superou o registrado no SE e no Rio de Janeiro na totalidade do período (2004 a 2014), mas não entre 2013 e 2014, colocando dúvidas sobre a continuidade do processo de convergência das regiões menos desenvolvidas do país.

TABELA 1 | EVOLUÇÃO DA RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* FONTE: IETS com base na PNAD de 2004, 2013 e 2014. NOTA: * Em R\$ de 2014.

	BRASIL	NORDESTE	SUDESTE	ERJ	RMRJ
Valor real*					
2004	R\$ 659	R\$ 380	R\$ 811	R\$ 911	R\$ 981
2013	R\$ 950	R\$ 599	R\$ 1.121	R\$ 1.166	R\$ 1.327
2014	R\$ 1.032	R\$ 653	R\$ 1.236	R\$ 1.282	R\$ 1.382
Variação anual					
2013-2014	8,6%	8,9%	10,2%	10,0%	4,2%
2004-2014	4,6%	5,6%	4,3%	3,5%	3,5%

Não obstante, a desigualdade de renda, medida pelo Coeficiente de Gini⁴, continuou a cair, em especial no Nordeste (Gráfico 4). A queda de 4% no Gini nordestino, que chegou a 0,513 em 2014, fez com o Coeficiente ficasse abaixo do registrado no ERJ (0,523) pela primeira vez, como havíamos alertado em publicação anterior⁵. Apesar disso, a desigualdade caiu 1,5% no estado, assim como no Brasil, ficando praticamente estagnada no Sudeste, que tem o menor Gini entre os recortes considerados, e na RMRJ, uma das áreas mais desiguais do país hoje.

GRÁFICO 4 | COEFICIENTE DE GINI FONTE: IETS com base na PNAD de 2004 a 2014.



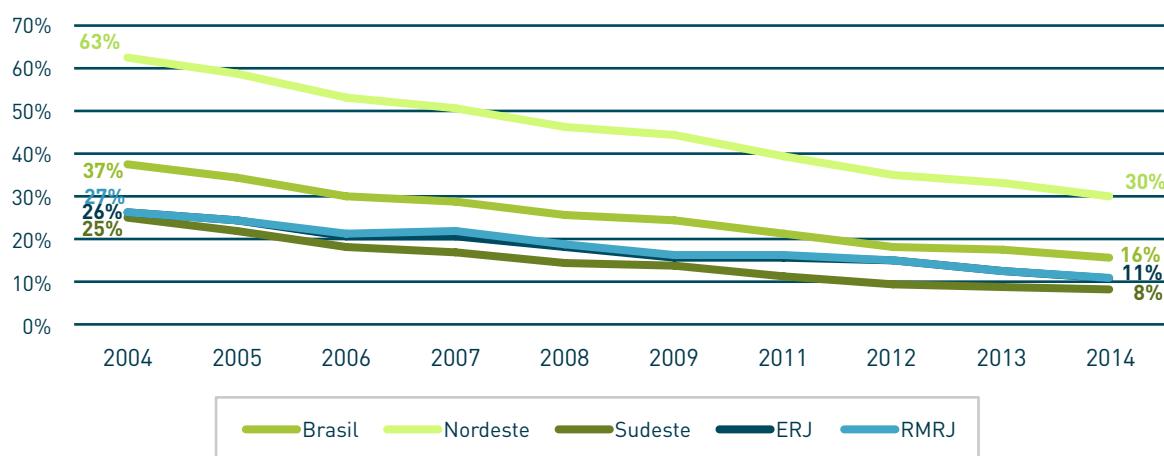
4. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita* que varia de 0 a 1. Quanto mais alto, maior a concentração de renda, sendo 1 a desigualdade total.

5. Ver Nota Conjuntural nº 35, “Renda, trabalho e empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro”, de janeiro de 2015.

Mesmo com tamanha desigualdade, a elevada renda domiciliar do Rio de Janeiro garantiu que a percentagem de pobres na RMRJ e no ERJ em 2014, de 11%, fosse menor do que a registrada no Brasil, de 16%, e substancialmente inferior à observada no Nordeste, de expressivos 30%. Por outro lado, há menos pobreza no Sudeste, onde, de acordo com o Gráfico 5, 8% das pessoas são pobres.

Entre 2013 e 2014, a pobreza caiu 13% no ERJ e 14% na RMRJ, o melhor desempenho entre os recortes territoriais considerados. No Sudeste e no Nordeste, essa redução foi de 9%. No país, o percentual de pobres diminuiu 10% no último ano. Ao longo da década, o Sudeste registrou a maior queda na pobreza, de 66% (2/3), e o Nordeste, a menor, de 52%. ERJ, RMRJ e Brasil ficaram em posição intermediária: nos três, a percentagem de pobres caiu 58%.

GRÁFICO 5 | PERCENTUAL DE POBRES* FONTE: IETS com base na PNAD de 2004 a 2014. NOTA: *Calculado com base em linhas de pobreza regionalizadas que variam de R\$ 180, em áreas rurais de Minas Gerais e Espírito Santo, a aproximadamente R\$ 300, nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.



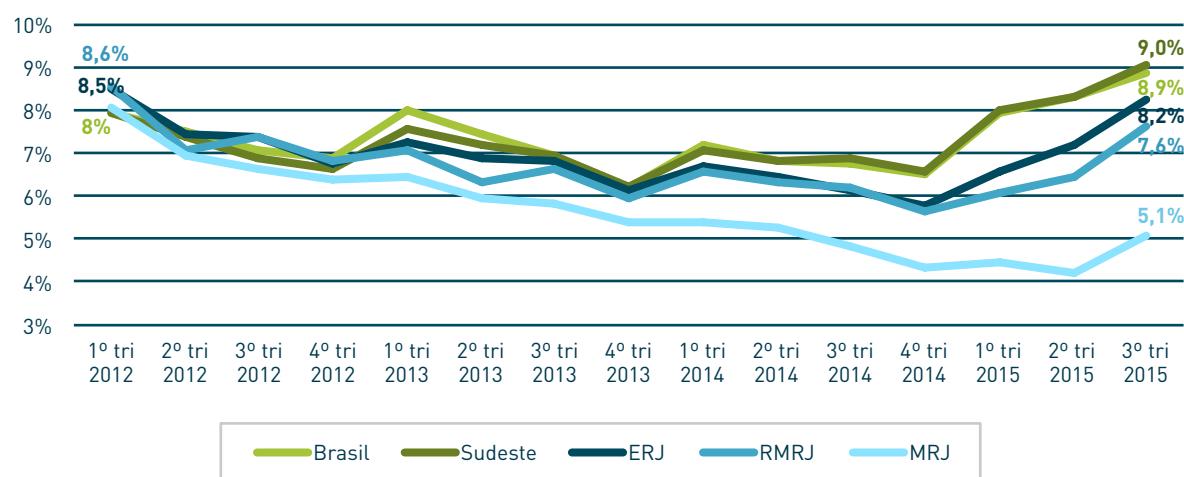
CONDIÇÕES GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO

A partir desta seção, focaremos no desempenho recente do mercado de trabalho no Rio de Janeiro. Para isso, usaremos os dados trimestrais da PNAD Contínua. Os anos de 2004 a 2014 compreenderam um período bastante favorável para o mercado de trabalho brasileiro e fluminense, com taxas de desemprego em baixas recordes, aumento da formalização e elevação dos rendimentos do trabalho. Contudo, houve uma reversão dos indicadores no decorrer de 2015 em decorrência da crise que teve início em 2014.

Atualmente, o cenário é de forte ajuste no emprego, como evidencia o Gráfico 6. De julho a setembro de 2015, a taxa de desocupação aumentou no país, na Região Sudeste e no Rio de Janeiro. Até no Município do Rio de Janeiro (MRJ), onde o desemprego tem se mantido em

níveis muito baixos desde 2013, chegando a quase 4% no trimestre anterior, a proporção de desocupados subiu expressivamente, para 5,1%. A desocupação fechou em cerca de 9% no Brasil e no Sudeste, e em torno de 8% no ERJ e na RMRJ, que vêm experimentando aumento contínuo da taxa de desemprego desde os últimos três meses de 2014.

GRÁFICO 6 | TAXA DE DESEMPREGO FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.



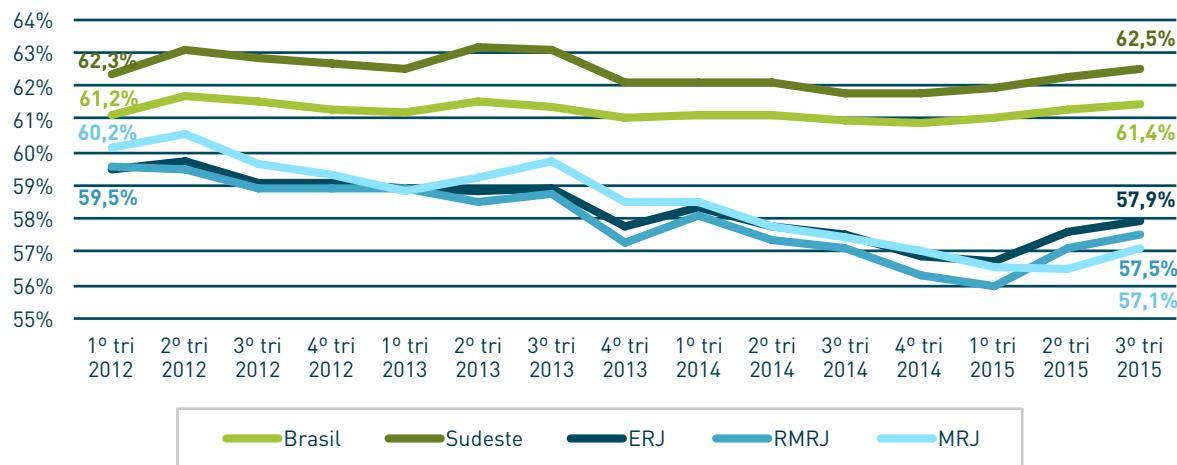
A crise parece estar atingindo de modo mais severo o mercado de trabalho no interior, pois a desocupação no estado vem suplantando ligeiramente a registrada na RMRJ, que, por sua vez, tem superado o desemprego no MRJ – decerto por conta de altas taxas de desocupação na periferia (municípios da Região Metropolitana exceto a capital). A escalada do desemprego se deve, de um lado, ao fechamento de postos de trabalho – em particular, empregos formais – e, de outro, ao ingresso de pessoas na força de trabalho, ou seja, ao aumento no número de pessoas chegando ao mercado de trabalho à procura de emprego. De fato, como mostra o Gráfico 7, a taxa de participação⁶ cresceu de forma generalizada ao longo de 2015, porém mais fortemente no Rio de Janeiro e, em especial, na RMRJ.

Outros dois pontos chamam a atenção no Gráfico 7. Primeiro, a baixa taxa de participação no Estado, na Região Metropolitana e no Município do Rio de Janeiro, que correspondeu a 58%, 57,5% e 57%, respectivamente, no terceiro trimestre de 2015. No Brasil, 62,5% das pessoas em idade ativa estavam na força de trabalho de julho a setembro de 2015; no Sudeste, 61,4%.

Segundo, a substancial saída de pessoas do mercado de trabalho no decorrer dos anos até 2014 no Rio de Janeiro, não observada nos demais recortes territoriais analisados. Com efeito, no início de 2012, a taxa de participação no Rio de Janeiro era de cerca de 60%. Por fim, é possível que o desemprego tenha demorado a subir no MRJ devido ao ingresso mais lento de pessoas na força de trabalho na capital, único local em que não houve incremento na taxa de atividade no segundo trimestre de 2015.

6. A taxa de participação é definida como a proporção de pessoas economicamente ativas – que estão trabalhando ou em busca de emprego – na população com 14 anos ou mais de idade.

GRÁFICO 7 | TAXA DE PARTICIPAÇÃO FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.



A despeito do agravamento das condições da economia, a renda real do trabalho subiu no Estado, na Região Metropolitana e no Município do Rio de Janeiro, embora tenha caído no Brasil e, na comparação entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015, no SE (Tabela 2). Ainda assim, os ganhos dos trabalhadores continuam maiores no Sudeste, onde equivaleram a R\$ 2.129 entre julho e setembro de 2015, do que no ERJ, em que corresponderam a R\$ 2.052 no mesmo período. Ao mesmo tempo, a renda do trabalho na RMRJ, de R\$ 2.184, e no MRJ, de 2.638, foi 3% e 24% superior à verificada no SE, respectivamente. Em suma, no que diz respeito à renda, o mercado de trabalho do Rio de Janeiro tem se mostrado mais resiliente à crise.

TABELA 2 | EVOLUÇÃO DA RENDA REAL MENSAL DO TRABALHO FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.

	BRASIL	SUDESTE	ERJ	RMRJ	MRJ
Valor					
3º tri 2014	R\$ 1.837	R\$ 2.097	R\$ 1.831	R\$ 1.917	R\$ 2.268
3º tri 2014	R\$ 1.837	R\$ 2.097	R\$ 1.831	R\$ 1.917	R\$ 2.268
3º tri 2014	R\$ 1.837	R\$ 2.097	R\$ 1.831	R\$ 1.917	R\$ 2.268
Variação					
2º tri 2015 - 3º tri 2015	-1,3%	-1,5%	1,0%	1,4%	2,7%
3º tri 2014 - 3º tri 2015	-0,2%	1,5%	12,1%	13,9%	16,3%

Os prognósticos para o mercado de trabalho neste ano são bastante negativos, pois reduções na renda estimularão mais pessoas que estavam fora da força de trabalho – como jovens estudantes – a procurar emprego para complementar seu orçamento domiciliar. Como o contexto é de destruição de postos, a taxa de desocupação crescerá ainda mais.

ANÁLISE SETORIAL

Conforme a Tabela 3, no terceiro trimestre de 2015, o número de ocupados na agropecuária, indústria e construção civil diminuiu em relação aos três meses anteriores e ao mesmo período em 2014, especialmente no ERJ. A quantidade de trabalhadores fluminenses na construção caiu mais de 10% na comparação anual. A construção tem sido muito afetada por estar associada ao setor de petróleo, pelo desaquecimento do mercado imobiliário no Rio de Janeiro e pela paralisação das obras comandadas por grandes empreiteiras e construtoras investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato.

TABELA 3 | VARIAÇÃO DO NÚMERO DE OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.

	BRASIL		SUDESTE		ERJ	
	2º TRI 2015 - 3º TRI 2015	3º TRI 2014 - 3º TRI 2015	2º TRI 2015 - 3º TRI 2015	3º TRI 2014 - 3º TRI 2015	2º TRI 2015 - 3º TRI 2015	3º TRI 2014 - 3º TRI 2015
Agropecuária	-1,0%	-1,4%	-2,5%	1,1%	-2,2%	-4,2%
Indústria	-1,7%	-3,9%	-2,0%	-5,1%	-5,5%	-5,4%
Construção	2,4%	-4,0%	3,5%	-4,0%	-0,2%	-10,4%
Comércio	0,1%	2,1%	-0,4%	1,2%	-1,2%	-2,7%
Serviços	-0,5%	0,4%	-0,9%	0,7%	0,3%	1,8%
Administração pública	1,1%	2,0%	1,0%	3,3%	1,1%	6,2%
Total	-0,1%	-0,2%	-0,4%	-0,1%	-0,6%	-0,2%

A queda no número de ocupados na indústria no ERJ, de mais de 5% em ambas as comparações, também se destaca. Vale lembrar que boa parte da indústria fluminense está atrelada à área de petróleo e gás. A quantidade de trabalhadores no comércio também caiu no ERJ, embora tenha aumentado no país e no SE.

De maneira geral – e, em particular, no Estado do Rio de Janeiro –, a administração pública passou a ocupar um número maior de trabalhadores no terceiro trimestre de 2015. O mesmo ocorreu com os serviços no ERJ, ainda que em menor escala. Isso evidencia a importância de tais setores como alternativa de trabalho em momentos de crise. Entretanto, no Brasil e no Sudeste, houve queda na quantidade de ocupados no setor de serviços entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015.

Com relação aos rendimentos médios auferidos pelos trabalhadores em cada setor de atividade da economia, a Tabela 4 mostra que, nos três recortes territoriais apresentados, os menores valores (abaixo de R\$ 1,5 mil) se encontram na agropecuária, e os maiores (acima de R\$ 2,5 mil), na administração pública. Nesses setores – que tiveram um desempenho particularmente

positivo no terceiro trimestre de 2015 no ERJ – e na indústria, a renda dos ocupados no estado é muito próxima da verificada no Sudeste ou a ultrapasssa, como ocorre no Brasil em todos os segmentos econômicos.

Por exemplo, no período de julho a setembro de 2015, os trabalhadores da administração pública do Estado do Rio de Janeiro receberam os maiores rendimentos entre todos os setores e recortes territoriais, de R\$ 2.945. Já no comércio e nos serviços, que respondem por mais da metade do emprego no estado, a renda do trabalho no ERJ é inferior à registrada no Sudeste, assim como na construção civil.

TABELA 4 | EVOLUÇÃO DA RENDA REAL MENSAL DO TRABALHO POR SETOR DE ATIVIDADE

FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.

		AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BRASIL	3º tri 2014	R\$ 1.067	R\$ 1.919	R\$ 1.529	R\$ 1.580	R\$ 1.821	R\$ 2.622
	2º tri 2015	R\$ 1.047	R\$ 1.949	R\$ 1.514	R\$ 1.577	R\$ 1.833	R\$ 2.711
	3º tri 2015	R\$ 1.041	R\$ 1.901	R\$ 1.515	R\$ 1.564	R\$ 1.797	R\$ 2.694
SUDESTE	3º tri 2014	R\$ 1.290	R\$ 2.242	R\$ 1.707	R\$ 1.748	R\$ 2.093	R\$ 2.777
	2º tri 2015	R\$ 1.358	R\$ 2.315	R\$ 1.694	R\$ 1.778	R\$ 2.136	R\$ 2.932
	3º tri 2015	R\$ 1.374	R\$ 2.232	R\$ 1.755	R\$ 1.772	R\$ 2.077	R\$ 2.914
ERJ	3º tri 2014	R\$ 1.094	R\$ 2.033	R\$ 1.465	R\$ 1.465	R\$ 1.686	R\$ 2.615
	2º tri 2015	R\$ 1.128	R\$ 2.185	R\$ 1.525	R\$ 1.589	R\$ 1.921	R\$ 2.852
	3º tri 2015	R\$ 1.424	R\$ 2.203	R\$ 1.529	R\$ 1.629	R\$ 1.889	R\$ 2.945

Essa tabela também nos indica que, no terceiro trimestre de 2015, a renda do trabalho evoluiu mais favoravelmente no ERJ do que no Brasil e no Sudeste em todos os setores, embora em magnitudes diferentes. A exceção é o desempenho dos rendimentos na construção, que ficaram parados no país e no estado em comparação com os três meses anteriores, enquanto subiram na Região Sudeste.

Salvo no caso descrito acima, houve queda generalizada dos rendimentos de julho a setembro de 2015 no Brasil. No Sudeste, a renda do trabalho caiu nos serviços e na indústria, ficando estagnada no comércio; o crescimento nos demais setores foi modesto. No ERJ, os rendimentos se elevaram de modo significativo em relação ao mesmo período de 2014, mas apenas moderadamente em comparação ao segundo trimestre do ano. Os trabalhadores no setor de serviços foram os únicos que viram sua renda cair no estado entre os meses de abril-junho e julho-setembro de 2015.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A deterioração do mercado de trabalho e a destruição de postos formais têm levado os trabalhadores a buscar o empreendedorismo como alternativa. De acordo com a Tabela 5, houve queda no número de empregados com carteira de trabalho assinada no terceiro trimestre de 2015 nos três recortes territoriais analisados, seja em relação ao trimestre anterior, seja em comparação a igual período em 2014. Em contrapartida, a quantidade de empregados sem carteira e de trabalhadores por conta própria aumentou.

Mais do que isso: ao contrastar o número de ocupados fluminenses de julho a setembro de 2015 com o aferido nos mesmos meses em 2014 em cada posição na ocupação, nota-se que o emprego sem carteira e o trabalho por conta própria foram os únicos que apresentaram incremento positivo, de 1,5% e 2,7%, respectivamente. O número de empregados sem carteira de trabalho assinada subiu menos no ERJ do que no Sudeste, porém, em relação ao ano anterior, mais do que no Brasil. O contingente de trabalhadores por conta própria no estado, por sua vez, teve crescimento superior ao registrado no país e no SE entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015, embora o contrário tenha ocorrido na comparação anual.

TABELA 5 | VARIAÇÃO DO NÚMERO DE OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO FONTE: IETS com base na PNAD Contínua. NOTA: * Refere-se à soma das categorias acima, ou seja, trabalhadores familiares auxiliares não estão incluídos no total. No entanto, essa categoria representa uma parcela bem pequena dos ocupados, de 3% no Brasil, 1% no SE e 0,4% no ERJ.

	BRASIL		SUDESTE		ERJ	
	2º TRI 2015 - 3º TRI 2015	3º TRI 2014 - 3º TRI 2015	2º TRI 2015 - 3º TRI 2015	3º TRI 2014 - 3º TRI 2015	2º TRI 2015 - 3º TRI 2015	3º TRI 2014 - 3º TRI 2015
Empregados com carteira	-1,3%	-3,4%	-1,5%	-3,4%	-2,3%	-1,9%
Empregados sem carteira	1,4%	0,0%	1,2%	2,5%	1,1%	1,5%
Funcionários públicos e militares	0,1%	0,6%	0,1%	-2,6%	4,1%	-0,5%
Empregadores	1,5%	7,9%	2,9%	14,7%	-3,7%	-2,5%
Trabalhadores por conta própria	0,8%	3,5%	0,1%	3,6%	1,0%	2,7%
Total*	-0,1%	-0,3%	-0,4%	-0,3%	-0,6%	-0,3%

Preocupam os indícios de que a atividade empreendedora que está florescendo no estado é de subsistência, visto que o número de empregadores fluminenses caiu no terceiro trimestre de 2015 (2,5%, na comparação com o mesmo período em 2014, e 3,7%, em relação aos três meses anteriores) – o que não aconteceu no país, nem no Sudeste. Apesar de ter crescido 4,1% entre o segundo e o terceiro trimestres do ano passado, a quantidade de funcionários públicos e militares no ERJ diminuiu em relação ao período de julho a setembro de 2014.

A análise da renda do trabalho por posição na ocupação mostra que, no segundo e no terceiro trimestres de 2015, os trabalhadores fluminenses receberam rendimentos superiores aos dos brasileiros, mas inferiores aos sudestinos, exceto no funcionalismo público, em que a remuneração no ERJ, de aproximadamente R\$ 3,9 mil, ultrapassou a observada no país e no SE (Tabela 6). De julho a setembro de 2014, entretanto, os rendimentos dos empregados com carteira e empregadores no Estado do Rio de Janeiro foram inferiores aos registrados não apenas no Sudeste, mas também no Brasil.

De maneira geral, empregadores auferem a maior renda, acima de R\$ 5 mil, e empregados sem carteira de trabalho, a menor, de não muito mais que R\$ 1 mil. Contudo, os empregadores no ERJ ganham R\$ 5.010, 11% a menos do que no Sudeste (R\$ 5.611), o maior diferencial de renda entre as posições na ocupação.

Apesar de terem uma renda alta, os empregadores sofreram uma redução em seus ganhos entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015. O aumento no número de trabalhadores por conta própria também foi acompanhado por uma queda em seus rendimentos. Segundo a Tabela 6, a renda média de quem trabalha por conta própria caiu generalizadamente no terceiro trimestre de 2015 – salvo em relação ao mesmo período em 2014 no ERJ –, chegando a R\$ 1.405, no Brasil, R\$ 1.781, no SE, e R\$ 1.644, no estado. Ademais, a remuneração dos trabalhadores por conta própria fluminenses foi a que menos encolheu na comparação com os três meses anteriores.

TABELA 6 | EVOLUÇÃO DA RENDA REAL MENSAL DO TRABALHO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.

		EMPREGADOS COM CARTEIRA	EMPREGADOS SEM CARTEIRA	FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E MILITARES	EMPREGADORES	TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA
BRASIL	3º tri 2014	R\$ 1.782	R\$ 1.026	R\$ 3.270	R\$ 5.078	R\$ 1.467
	2º tri 2015	R\$ 1.811	R\$ 1.007	R\$ 3.301	R\$ 5.111	R\$ 1.463
	3º tri 2015	R\$ 1.789	R\$ 1.025	R\$ 3.322	R\$ 5.001	R\$ 1.405
SUDESTE	3º tri 2014	R\$ 1.957	R\$ 1.194	R\$ 3.330	R\$ 5.808	R\$ 1.822
	2º tri 2015	R\$ 2.026	R\$ 1.174	R\$ 3.377	R\$ 5.808	R\$ 1.889
	3º tri 2015	R\$ 1.990	R\$ 1.232	R\$ 3.448	R\$ 5.611	R\$ 1.781
ERJ	3º tri 2014	R\$ 1.675	R\$ 1.036	R\$ 3.271	R\$ 5.003	R\$ 1.529
	2º tri 2015	R\$ 1.849	R\$ 1.135	R\$ 3.838	R\$ 5.510	R\$ 1.687
	3º tri 2015	R\$ 1.913	R\$ 1.159	R\$ 3.892	R\$ 5.010	R\$ 1.644

Não se trata de evento isolado: como vimos anteriormente, a renda do trabalho tem se mostrado mais resiliente no Rio de Janeiro. Com exceção da forte redução nos rendimentos dos empregadores em relação ao segundo trimestre de 2015, a remuneração teve melhor desempenho no estado do que no Brasil e no Sudeste.

Os empregados com carteira, por exemplo, viram seus rendimentos subirem 14% em relação ao terceiro trimestre de 2014 e alcançarem R\$ 1.913 no ERJ, percentual (quantia) que correspondeu a 0% (R\$ 1.789) e 2% (R\$ 1.990), no país e no SE, respectivamente. Na comparação com abril-junho de 2015, a renda do trabalho dos empregados formais cresceu 3% no Estado do Rio de Janeiro, mas caiu nos demais recortes territoriais considerados.

A retração nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria se refletiu numa redução em sua participação na massa de remuneração, como pode ser visto na Tabela 7. Na RMRJ, essa tendência de queda foi mais acentuada, enquanto, no MRJ, houve um crescimento de 0,6 pontos percentuais na contribuição da renda do trabalho por conta própria para o total de rendimentos entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015.

TABELA 7 | CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDEDORES PARA A MASSA DE REMUNERAÇÃO FONTE: IETS com base na PNAD Contínua.

	BRASIL	SUDESTE	ERJ	RMRJ	MRJ
Trabalhadores por conta própria					
3º tri 2014	18,6%	17,0%	18,4%	18,6%	16,8%
2º tri 2015	18,8%	17,6%	18,6%	17,9%	16,0%
3º tri 2015	18,5%	17,0%	18,2%	17,6%	16,6%
Empregadores					
3º tri 2014	11,3%	12,0%	8,8%	7,8%	8,4%
2º tri 2015	11,9%	12,9%	8,8%	8,7%	10,6%
3º tri 2015	12,0%	13,1%	7,7%	7,4%	7,8%

A contribuição dos rendimentos dos empregadores para a massa de remuneração, por sua vez, cresceu continuamente no Brasil e no Sudeste. No Rio de Janeiro, entretanto, a participação da renda dos empregadores caiu tanto na comparação com abril-junho de 2015, quanto em relação a julho-setembro de 2014, exceto no estado.

EM RESUMO

Este ano se inicia com perspectivas não muito boas para o Rio de Janeiro. A crise econômica vivenciada no país atinge em cheio o ERJ, particularmente vulnerável às oscilações no setor de petróleo. Em 2014, a razão entre o PIB estadual e o nacional chegou a seu menor patamar em 20 anos e a expectativa para 2015 não é otimista.

Segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), 3/4 dos R\$ 235,6 bilhões de investimentos previstos para o estado entre 2014-2016 estariam concentrados em atividades

ligadas, direta ou indiretamente, ao setor de petróleo e gás, seja em exploração e produção, seja em refino e distribuição, seja na indústria naval⁷. Em março de 2015, a mesma instituição emitiu uma nota técnica apontando que R\$ 106 bilhões em investimentos estariam ameaçados no ERJ⁸. Os efeitos da desaceleração da indústria de óleo e gás também estão se fazendo sentir nas contas do estado, que teve uma significativa parcela de receitas ligadas ao setor frustradas.

Na análise socioeconômica, mostramos – mais uma vez – que o Rio de Janeiro vem avançando na redução da pobreza e da desigualdade, mas não em ritmo suficiente para alcançar seus vizinhos. De fato, o ERJ continua a apresentar indicadores mais desfavoráveis do que o Sudeste.

Os dados mais recentes da PNAD Contínua sobre o mercado de trabalho apontam que a taxa de desemprego está crescendo rapidamente. No terceiro trimestre de 2015, a desocupação ficou em torno de 8% no ERJ e na RMRJ, e chegou a 5,1% no MRJ – que ainda registra patamares bastante baixos de desemprego, em especial em relação ao interior do estado.

Com a piora no mercado de trabalho, pessoas que estavam inativas estão voltando a procurar emprego, levando a um aumento na taxa de participação e, como consequência, a pressões adicionais sobre a desocupação num cenário de destruição de postos. Não obstante, os rendimentos no Rio de Janeiro se elevaram, ao contrário do que ocorreu no Brasil e no Sudeste. Ainda assim, espera-se que a alta do desemprego force os rendimentos para baixo ao longo de 2016, gerando uma nova rodada de ingresso na força de trabalho e, por conseguinte, maior desocupação.

Na parte setorial, vimos que o número de trabalhadores fluminenses na agropecuária, na indústria, no comércio e, sobretudo, na construção civil diminuiu. Serviços e administração pública estão amortecendo parte do impacto da retração nos outros setores. A renda do trabalho evoluiu mais favoravelmente no ERJ do que no Brasil e no Sudeste em quase todos os setores. Contudo, entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015, houve queda nos rendimentos no setor de serviços, enquanto o nível de remuneração na construção permaneceu estagnado.

O desempenho recente do mercado de trabalho fluminense vem reforçando sua tradicional configuração, caracterizada por um contingente relativamente alto de trabalhadores por conta própria – superior ao registrado no Sudeste, embora inferior ao verificado no Brasil – e uma participação particularmente pequena dos empregadores na ocupação, até mesmo frente ao país como um todo.

Houve aumento no número de trabalhadores por conta própria (em contrapartida à redução no emprego formal) e queda na quantidade de empregadores, em oposição ao que vem acontecendo no país e na Região Sudeste. Ademais, houve uma retração significativa na remuneração dos empregadores fluminenses entre o segundo e o terceiro trimestres de 2015. Os trabalhadores por conta própria, por sua vez, tiveram uma redução generalizada em seus rendimentos, mas menos forte no ERJ.

7. Documento “Decisão Rio: Investimentos 2014/1016”.

8. Nota técnica “Investimentos em infraestrutura e P&G com execução ameaçada no Brasil”.

Em suma, vimos que a crise definitivamente chegou ao mercado de trabalho fluminense, que vem apresentando aumento na desocupação, redução do emprego formal e elevação do número de empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria. A construção se destaca como um dos setores mais afetados. Ainda que os rendimentos no Rio de Janeiro tenham se mostrado mais resilientes, eles caíram justamente no trabalho por conta própria, que tem servido como alternativa ao emprego com carteira.

A situação dos empregadores no estado é delicada, com queda nos rendimentos e redução no número de ocupados nessa posição, o que pode significar fechamento de estabelecimentos. Ao que parece, estamos perdendo pequenos negócios mais bem estruturados; em contrapartida, o número de empreendedores que buscam tal atividade como meio de sobreviver à crise vem aumentando.

E MAIS...

- Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, foram destruídos 945,4 mil postos de trabalho formais de janeiro a novembro de 2015 no Brasil, mais da metade (557,1 mil) no Sudeste e 15% (137,7 mil) somente no Estado do Rio de Janeiro.
- Ainda de acordo com o Caged, a RMRJ respondeu por 70% dos postos de trabalho extintos no ERJ, com quase 100 mil demissões sem que houvesse reposição. Destas, 60% (57,4 mil) consistiram em empregos formais destruídos no Município do Rio de Janeiro.